



FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Obras e empreendimentos de grande porte podem gerar impactos significativos no território, exigindo estudos prévios. O Estatuto da Cidade instituiu o Estudo de Impacto de Vizinhança e a legislação ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental. Considerando avaliação de impactos, analise as afirmativas a seguir:

I.O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é instrumento de análise prévia de empreendimentos ou atividades potencialmente causadores de impacto urbanístico na área de influência, devendo analisar efeitos positivos e negativos sobre: adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda por transporte público, ventilação e iluminação, paisagem urbana e patrimônio cultural, sendo obrigatório para empreendimentos definidos por lei municipal.

II.A aprovação do empreendimento pode ser condicionada a medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos identificados no EIV, como ampliação de rede de equipamentos urbanos e comunitários, alargamento de vias, implantação de sinalização viária, execução de obras de drenagem, plantio de vegetação, preservação de imóveis de valor cultural, doação de terrenos para equipamentos públicos, sendo que o fiscal acompanha a execução dessas medidas.

III.O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são exigidos para atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental conforme legislação ambiental federal e estadual, sendo instrumentos distintos do EIV, podendo empreendimentos de grande porte necessitar de ambos os estudos para obter licenciamento ambiental e urbanístico.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.

Questão 02

O poder de polícia administrativa permite ao fiscal de obras aplicar medidas coercitivas como embargo, interdição e demolição para fazer cessar irregularidades e garantir segurança pública. Cada medida tem pressupostos e procedimentos. Considerando medidas administrativas coercitivas, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O embargo de obra é medida administrativa que determina paralisação imediata de obra em execução irregular, aplicável a obras sem alvará, em desacordo com projeto aprovado, executadas em áreas de preservação ambiental ou risco, sendo lavrado auto de

embargo pelo fiscal com descrição das irregularidades, podendo a obra ser lacrada com fixação de placa indicativa.

(__) A interdição de edificação é medida que proíbe uso ou ocupação de imóvel que ofereça risco à segurança, saúde ou sossego público, aplicável a edificações com risco de desabamento, construções precárias, estabelecimentos sem condições de higiene ou segurança, podendo o fiscal interditar total ou parcialmente o imóvel mediante auto de interdição, notificando proprietário e ocupantes.

(__) A demolição administrativa é medida extrema de desfazimento forçado de obra ou edificação, aplicável a construções em desacordo irremediável com legislação, que ofereçam risco iminente de ruína, ou após esgotamento dos prazos para regularização, exigindo devido processo legal com notificação prévia do proprietário para defesa, sendo a demolição executada pela Administração com custo cobrado do responsável.

(__) Embargo, interdição e demolição podem ser aplicados sumariamente pelo fiscal sem necessidade de processo administrativo, notificação ou possibilidade de defesa do proprietário, caracterizando medidas puramente discricionárias sem controle judicial.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 03

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) estabelece diretrizes gerais da política urbana e instrumentos para desenvolvimento urbano. Esses instrumentos devem ser previstos no Plano Diretor para aplicação pelo Município. Considerando instrumentos do Estatuto da Cidade, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O parcelamento, edificação ou utilização compulsórios são instrumentos aplicáveis pelo Município a solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado em áreas onde há infraestrutura e demanda por ocupação, notificando proprietário para parcelar, edificar ou dar utilização adequada em prazo determinado, sob pena de aplicação sucessiva de IPTU progressivo no tempo e desapropriação-sanção com pagamento em títulos.

(__) A outorga onerosa do direito de construir permite ao Município autorizar construção acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite do coeficiente máximo mediante contrapartida financeira do beneficiário, sendo instrumento de captura de mais-valia urbanística e redistribuição de benefícios da urbanização, devendo o Plano Diretor definir áreas onde se aplica, coeficientes básico e máximo, fórmula de cálculo da contrapartida.

(__) As operações urbanas consorciadas são

intervenções coordenadas pelo Poder Público em áreas determinadas para transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental, mediante parceria com proprietários, moradores, usuários e investidores privados, podendo envolver modificação de índices urbanísticos, regularização de edificações, implantação de equipamentos urbanos, financiadas por contrapartidas.

() O direito de preempção confere ao Município preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, aplicável em áreas delimitadas no Plano Diretor onde haja interesse público em constituir reserva fundiária, regularização fundiária, implantação de equipamentos urbanos, criação de espaços públicos, preservação ambiental ou de patrimônio histórico, devendo o proprietário notificar o Município antes de vender.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, V, V.

Questão 04

O Direito Urbanístico é ramo do Direito Público que regula a ordenação dos espaços habitáveis e a atividade urbanística do Poder Público. É regido por princípios específicos que orientam a atuação do fiscal de obras e posturas. Considerando os princípios do Direito Urbanístico, analise as afirmativas a seguir:

I. O princípio da função social da propriedade urbana determina que o direito de propriedade deve ser exercido em conformidade com as finalidades econômicas e sociais da cidade, subordinando-se às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, podendo o Município impor obrigações ao proprietário de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

II. O princípio da gestão democrática da cidade assegura a participação da população e de associações representativas nos processos de planejamento e gestão urbanos, por meio de audiências públicas, consultas populares, conferências sobre assuntos de interesse urbano, iniciativa popular de projetos de lei e acompanhamento da implementação de planos e projetos urbanísticos.

III. O princípio do desenvolvimento sustentável impõe que o crescimento urbano considere simultaneamente aspectos econômicos, sociais e ambientais, garantindo às presentes e futuras gerações condições adequadas de vida urbana, preservação ambiental, uso racional dos recursos naturais e equilíbrio entre crescimento econômico e proteção do meio ambiente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.

- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.

Questão 05

O licenciamento de obras e edificações é o processo administrativo pelo qual o Município verifica se o projeto atende à legislação urbanística e autoriza a execução. Envolve etapas e documentos específicos. Qual documento deve ser apresentado ao final da obra para liberação da ocupação da edificação?

- (A) Certidão de ônus reais do imóvel para verificar hipotecas.
- (B) Alvará de construção, que é documento inicial do processo.
- (C) Pedido de Habite-se ou Certificado de Conclusão de Obra mediante vistoria final, verificando conformidade com projeto aprovado.
- (D) Contrato social da empresa construtora.

Questão 06

O loteamento é modalidade de parcelamento do solo urbano que consiste na subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação ou prolongamento das existentes. É regulado pela Lei Federal nº 6.766/79 e legislação municipal. Qual é o requisito essencial do loteamento que o diferencia de outras formas de parcelamento?

- (A) O loteamento exige abertura de novas vias de circulação ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes com criação de sistema viário.
- (B) O loteamento pode ser aprovado verbalmente sem projeto registrado.
- (C) O loteamento independe totalmente de legislação municipal, sendo ato privado.
- (D) O loteamento não exige qualquer infraestrutura ou abertura de vias públicas.

Questão 07

O processo administrativo é instrumento pelo qual a Administração Municipal aplica a legislação de obras e posturas, garantindo contraditório e ampla defesa ao administrado. A Lei nº 9.784/99 estabelece normas gerais aplicáveis subsidiariamente. Qual princípio do processo administrativo assegura que o administrado autuado tem direito de conhecer os autos, manifestar-se sobre documentos e provas e apresentar defesa antes da decisão?

- (A) Princípio da informalidade dispensando participação do administrado.
- (B) Princípio da verdade formal limitando defesa a aspectos superficiais.
- (C) Princípio da oficialidade vedando manifestação do particular.

(D) Princípio do contraditório e ampla defesa garantindo participação efetiva do atuado.

Questão 08

O fiscal de obras realiza análise técnica de projetos arquitetônicos submetidos à aprovação para verificar conformidade com legislação urbanística, código de obras e normas técnicas. O projeto é representado por meio de peças gráficas padronizadas. Considerando análise de projetos, analise as afirmativas a seguir:

I.A planta de situação apresenta o terreno e seu entorno imediato em escala reduzida (geralmente 1:500 ou 1:1000), mostrando a localização do lote na quadra, vias lindeiras, orientação solar (norte), dimensões do terreno, confrontações com lotes vizinhos, permitindo ao fiscal identificar a zona onde se localiza o imóvel e verificar compatibilidade com zoneamento.

II.A planta baixa é um desenho técnico que representa o corte horizontal da edificação visto de cima, mostrando a distribuição dos ambientes (cômodos), paredes, portas, janelas, áreas, dimensões, permitindo ao fiscal verificar: compartimentação, pé-direito mínimo, áreas mínimas dos cômodos, iluminação e ventilação naturais conforme exigências do código de obras, acessibilidade.

III.Os cortes verticais são desenhos que representam o edifício cortado verticalmente, mostrando alturas (pé-direito, altura total), níveis (cotas de pisos), escadas, rampas, relação entre pavimentos, permitindo ao fiscal verificar: pé-direito mínimo dos ambientes, gabarito da edificação, declividades de rampas, conformidade com legislação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.

Questão 09

A acessibilidade é direito fundamental assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e NBR 9050 da ABNT. Edificações devem ser acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Considerando normas de acessibilidade, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(___)Edificações de uso público ou coletivo, incluindo estabelecimentos comerciais, serviços, edifícios de apartamentos, condomínios, devem ser acessíveis desde o projeto, garantindo que pessoas com deficiência possam acessar com autonomia e segurança todos os ambientes, mediante rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalização tátil e visual, vagas de estacionamento reservadas.

(___)As rampas de acesso devem ter inclinação máxima de 8,33% (1:12) para garantir que usuários de cadeira de

rodas consigam vencer o desnível sem auxílio, devendo ter corrimãos em ambos os lados, piso antiderrapante, patamares intermediários a cada 800 mm de desnível vencido e largura mínima livre de 1,20 m, sendo que o fiscal verifica conformidade em obra e embarga rampas fora dos padrões.

(___)Edificações multifamiliares (prédios de apartamentos) devem garantir acessibilidade nas áreas de uso comum (portaria, salões, circulações) e percentual de unidades adaptadas ou adaptáveis para moradia de pessoas com deficiência, sendo que edificações sem elevador acima do térreo são dispensadas de acessibilidade apenas se tiverem até três pavimentos, segundo interpretação restritiva.

(___)A sinalização tátil no piso através de pisos táteis de alerta e direcional é obrigatória em rotas acessíveis de edificações públicas e de uso coletivo para orientação de pessoas com deficiência visual, devendo ser instalada em conformidade com a NBR 9050 nos acessos, mudanças de direção, proximidade de desníveis e obstáculos.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 10

O comércio ambulante e as feiras livres são atividades tradicionais que devem ser regulamentadas e fiscalizadas pelo Município para ordenar o espaço público e garantir segurança e higiene. O código de posturas estabelece normas específicas. Considerando a fiscalização de ambulantes e feirantes, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(___)O comércio ambulante é atividade de venda de mercadorias em vias e logradouros públicos de forma itinerante ou em ponto fixo, dependendo de autorização municipal mediante licença específica que define local, horário, tipo de mercadoria, características do equipamento (carrinho, banca, tabuleiro), sendo proibido comércio ambulante irregular sujeito a apreensão de mercadorias e equipamentos.

(___)As feiras livres são espaços públicos destinados a comércio de hortifrutigranjeiros, artesanato e outros produtos, realizadas em dias, horários e locais definidos pela Administração, sendo feirante aquele que obtém autorização para ocupar banca, devendo respeitar normas sobre higiene, apresentação das mercadorias, limpeza do local após encerramento da feira, horários.

(___)O fiscal de posturas fiscaliza comércio ambulante e feiras, verificando: existência de licença; cumprimento das condições da licença (local, horário, mercadorias); condições de higiene (acondicionamento de alimentos, refrigeração quando necessária, limpeza dos equipamentos); organização (se não obstrui calçadas,

rampas de acessibilidade, faixas de pedestre, guias rebaixadas); podendo apreender mercadorias e equipamentos de ambulantes irregulares.

() Ambulantes e feirantes podem comercializar livremente em qualquer local e horário da cidade sem necessidade de autorização municipal, sendo vedado ao fiscal restringir essa atividade ou apreender mercadorias, mesmo que irregulares.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 11

O Plano Diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, obrigatório para Municípios com mais de vinte mil habitantes. Define diretrizes para ordenamento territorial e desenvolvimento urbano. Qual é a característica essencial do Plano Diretor que o torna vinculante para toda a legislação urbanística municipal?

- (A) O Plano Diretor é norma federal aplicável uniformemente a todos os Municípios.
- (B) O Plano Diretor é lei municipal que integra o processo de planejamento municipal e suas diretrizes devem ser observadas pelos planos setoriais e pela legislação urbanística.
- (C) O Plano Diretor é decreto do Poder Executivo alterável a qualquer tempo.
- (D) O Plano Diretor é mera recomendação sem força normativa vinculante.

Questão 12

O fiscal de obras e posturas elabora diversos documentos técnicos no exercício de suas funções. Relatórios e pareceres são instrumentos essenciais para registrar fiscalizações e fundamentar decisões administrativas. Considerando documentos técnicos da fiscalização, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O relatório de fiscalização é documento descritivo que registra vistoria realizada pelo fiscal, contendo: data, hora e local da vistoria; identificação do imóvel ou estabelecimento; descrição detalhada das condições encontradas; fotografias quando pertinentes; constatação de conformidades e irregularidades; fundamentação legal; conclusão e recomendações; assinatura do fiscal, constituindo prova documental das condições verificadas.

() O parecer técnico é documento opinativo no qual o fiscal manifesta entendimento técnico sobre determinada questão, analisando projeto, situação fática, recurso administrativo, contendo: relatório (descrição dos fatos e documentos), fundamentação (análise técnica e legal), conclusão (opinião fundamentada sobre deferimento ou

indeferimento), não vinculando absolutamente a autoridade superior, mas servindo de subsídio técnico para decisão.

() O auto de infração é documento formal que registra constatação de infração à legislação de obras ou posturas, devendo conter requisitos essenciais: identificação do autuado (nome, CPF/CNPJ, endereço); descrição precisa da infração (o que foi constatado); local, data e hora da constatação; fundamentação legal (dispositivos violados); penalidade aplicável (multa, embargo, interdição); prazo para defesa ou regularização; assinatura do fiscal; sendo sua omissão ou erro formal passível de nulidade.

() Relatórios, pareceres e autos de infração podem ser elaborados de forma totalmente informal, sem necessidade de identificação do fiscal, descrição dos fatos, fundamentação legal ou assinatura, sendo suficiente anotação genérica de irregularidade.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, V, F, F.

Questão 13

O zoneamento é instrumento urbanístico que divide o território municipal em zonas com características e regras específicas de uso e ocupação do solo. Permite disciplinar atividades conforme aptidão de cada área. Considerando o zoneamento urbano, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O zoneamento urbano estabelece diferentes zonas no território municipal, como zona residencial, zona comercial, zona industrial, zona mista, zona de preservação ambiental, cada uma com parâmetros específicos de uso permitido, gabarito, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos, permeabilidade do solo, cabendo ao fiscal verificar se edificações e atividades respeitam a zona onde se localizam.

() A zona residencial destina-se predominantemente a habitações, podendo a legislação municipal vedar ou restringir atividades comerciais e industriais, permitindo apenas comércio e serviços de baixo impacto compatíveis com uso residencial, como consultórios, escritórios de pequeno porte, padarias, desde que atendam requisitos de incomodidade mínima quanto a ruído, tráfego e segurança.

() A zona industrial deve ser localizada considerando fatores como direção dos ventos predominantes, distância de áreas residenciais, disponibilidade de infraestrutura, acessos viários adequados para transporte de cargas, sendo que atividades industriais potencialmente poluidoras ou perigosas instaladas em zona inadequada podem ser embargadas ou ter alvará cassado pelo fiscal de posturas.

()O zoneamento rural inexistente no ordenamento brasileiro, não havendo qualquer regulamentação sobre uso do solo rural, sendo permitida qualquer atividade em zona rural sem controle do Município.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 14

O desmembramento e o remembramento são operações urbanísticas de modificação da configuração de terrenos. Têm requisitos e procedimentos específicos na legislação de parcelamento do solo. Considerando desmembramento e remembramento, avalie as afirmativas e registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()O desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação com aproveitamento do sistema viário existente, não implicando abertura de novas vias públicas, prolongamento ou modificação das existentes, sendo modalidade mais simples de parcelamento que exige aprovação municipal, mas não exige necessariamente destinação de áreas públicas se aproveitar inteiramente o sistema viário oficial.

()O remembramento ou unificação é a operação inversa ao parcelamento, consistindo na fusão de dois ou mais lotes ou parcelas contíguas para formar terreno maior, geralmente para viabilizar empreendimento de grande porte que não seria possível em lote isolado, exigindo aprovação municipal, alteração das matrículas imobiliárias no registro de imóveis e atualização cadastral.

()Para aprovação de desmembramento ou remembramento, o fiscal de obras verifica aspectos como regularidade dominial dos terrenos envolvidos, quitação de tributos municipais (IPTU, taxas), respeito às dimensões mínimas de lote estabelecidas na legislação municipal, compatibilidade com zoneamento, anuência de eventuais credores hipotecários e, após aprovação, acompanha a averbação no registro imobiliário.

()Desmembramento e remembramento são operações que podem ser realizadas livremente pelo particular sem necessidade de aprovação do Município, bastando registro direto no cartório de imóveis independentemente da legislação urbanística.

Assinale a sequência correta:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, V, F.

Questão 15

Os parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação municipal regulam como os terrenos podem ser ocupados pelas edificações. São essenciais para controle da densidade construtiva e funcional. Considerando parâmetros urbanísticos, analise as afirmativas a seguir:

I.A taxa de ocupação é o percentual da área do terreno que pode ser ocupada pela projeção horizontal da edificação no solo, sendo que, se o terreno tem 500 m² e a taxa de ocupação é 60%, a área máxima de projeção da edificação no térreo será 300 m², restando 200 m² obrigatoriamente não edificados que devem ser destinados a recuos, jardins, áreas permeáveis, estacionamento descoberto.

II.O coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área total edificável e a área do terreno, sendo que, se o terreno tem 500 m² e o coeficiente é 2,0, pode-se edificar até 1.000 m² de área construída computável distribuída em um ou mais pavimentos, sendo que o coeficiente básico é direito do proprietário sem ônus, mas coeficiente acima do básico pode exigir contrapartida ao Município.

III.Os recuos são distâncias mínimas obrigatórias entre a edificação e os limites do terreno (frente, fundos e laterais), destinados a garantir iluminação, ventilação, insolação, privacidade, segurança, prevenção de incêndio, sendo que a legislação municipal estabelece recuos diferenciados conforme zona, tipo de uso, altura da edificação, cabendo ao fiscal verificar no projeto e na obra se os recuos estão sendo respeitados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.

Questão 16

O exercício de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços no município depende de licença prévia, verificando conformidade com normas de posturas, sanitárias, ambientais e urbanísticas. O alvará de funcionamento é documento essencial. Considerando licenciamento de atividades, analise as afirmativas a seguir:

I.O alvará de funcionamento ou licença de localização é documento expedido pelo Município autorizando funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, de serviços ou institucional em determinado endereço, após verificação de conformidade com zoneamento de uso do solo, normas de posturas, condições sanitárias e de segurança, código de obras, legislação ambiental.

II.Para obtenção do alvará de funcionamento, o interessado deve apresentar requerimento acompanhado de: documentos pessoais ou da empresa, CNPJ, contrato social, comprovante de endereço do

estabelecimento, alvará de construção ou habite-se do imóvel, laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros para atividades que exigem, licença ambiental quando exigível, comprovante de inscrição municipal, pagamento de taxas.

III.O fiscal de posturas realiza vistoria no estabelecimento, verificando: compatibilidade da atividade com a zona (se a atividade é permitida no local), adequação das instalações (área, pé-direito, iluminação, ventilação, sanitários, acessibilidade), condições de higiene e segurança, horário de funcionamento permitido; estando tudo conforme, expede-se o alvará; caso contrário, lavra-se auto de infração exigindo adequação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.

Questão 17

A modernização da gestão pública municipal inclui informatização dos processos de licenciamento, cadastro e fiscalização. Sistemas informatizados otimizam controle, agilizam processos e aumentam transparência. Considerando o uso de sistemas informatizados, analise as afirmativas a seguir:

I.Os sistemas informatizados de cadastro imobiliário registram dados de todos os imóveis do Município, como localização (endereço, quadra, lote, seção, distrito), características físicas (área do terreno, área construída, testada, dimensões), situação jurídica (proprietário, matrícula), situação fiscal (IPTU lançado, pagamentos, débitos), situação urbanística (zona, índices urbanísticos aplicáveis), alvarás e licenças (construção, habite-se), permitindo ao fiscal consultar o histórico completo do imóvel.

II.Os sistemas de protocolo eletrônico e tramitação digital de processos permitem que requerimentos de alvarás de construção e funcionamento sejam protocolados eletronicamente, projetos sejam anexados em formato digital (PDF, DWG), processo tramite entre setores eletronicamente, fiscal analise projetos e emita pareceres no sistema, notificações sejam enviadas ao requerente por email, agilizando licenciamento e permitindo acompanhamento online pelo interessado.

III.Os sistemas de fiscalização em campo permitem que fiscais registrem vistorias em dispositivos móveis (tablets, smartphones), fotografem irregularidades, georreferenciem ocorrências, lavrem autos de infração digitalmente, consultem cadastros em tempo real, enviem relatórios ao servidor central, otimizando trabalho de campo e reduzindo tempo entre fiscalização e registro, além de permitir geoprocessamento e análise estatística das fiscalizações.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Questão 18

Estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços devem observar normas sanitárias, ambientais e de segurança para proteção da saúde pública, meio ambiente e prevenção de riscos. O fiscal de posturas verifica o cumprimento dessas normas. Considerando a fiscalização de normas sanitárias, ambientais e de segurança, analise as afirmativas a seguir:

I.As normas sanitárias aplicáveis a estabelecimentos que manipulam alimentos exigem: ambientes limpos e organizados; pisos, paredes e tetos laváveis e impermeáveis; iluminação e ventilação adequadas; água potável; instalações sanitárias separadas da área de manipulação; equipamentos de refrigeração para alimentos perecíveis; controle de pragas; uso de uniformes e equipamentos de proteção pelos manipuladores; licença sanitária expedida pela vigilância sanitária.

II.As normas ambientais controlam atividades potencialmente poluidoras, exigindo licença ambiental para atividades com impacto significativo, controle de emissões atmosféricas, tratamento de efluentes líquidos antes do lançamento na rede de esgoto, destinação adequada de resíduos sólidos (coleta seletiva, destinação a aterros licenciados), controle de ruído (níveis sonoros dentro de limites estabelecidos conforme zona e horário).

III.As normas de segurança contra incêndio exigem: saídas de emergência dimensionadas conforme ocupação; sinalização de emergência (placas indicativas, iluminação de emergência); extintores de incêndio em quantidade, tipo e localização adequados; sistema de alarme e detecção; hidrantes e sprinklers conforme porte do estabelecimento; Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros atestando conformidade, sendo responsabilidade do Corpo de Bombeiros a fiscalização, mas o Município condiciona alvará de funcionamento à apresentação do AVCB.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.

Questão 19

O poder de polícia é prerrogativa da Administração Pública de condicionar e restringir direitos individuais em benefício do interesse coletivo. Na fiscalização de posturas, manifesta-se no controle de atividades privadas. Qual é o atributo do poder de polícia que permite ao fiscal de posturas executar suas decisões

sem necessidade de prévia autorização judicial?

- (A) Necessidade de autorização judicial para toda medida fiscalizatória.
- (B) Subordinação a decisões de associações comerciais privadas.
- (C) Vinculação absoluta impedindo qualquer margem de apreciação.
- (D) Autoexecutoriedade, permitindo execução direta das medidas sem intervenção judicial prévia.

Questão 20

O fiscal de obras deve ter conhecimentos básicos de engenharia e arquitetura para vistoriar e fiscalizar obras públicas e privadas. Isso inclui elementos estruturais, materiais de construção e etapas construtivas. Qual elemento estrutural tem função de transmitir as cargas da edificação para o solo, sendo executado abaixo do nível do terreno?

- (A) Revestimento dando acabamento às paredes.
- (B) Esquadria permitindo ventilação e iluminação.
- (C) Cobertura protegendo a edificação de intempéries.
- (D) Fundação transmitindo cargas da superestrutura para o solo através de elementos como sapatas, estacas ou tubulões.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Número de professores temporários no Brasil é maior que na OCDE

No Brasil, aproximadamente dois a cada três professores têm contratos permanentes nas escolas onde trabalham. Os demais estão em cargos substitutos ou temporários que, por vezes, têm duração de menos de 1 ano. Os dados são da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem 2024 (Talis), divulgada nesta segunda-feira (6) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A pesquisa, feita a partir de entrevistas com professores e diretores, principalmente dos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, compara a educação em 53 países.

De acordo com os resultados, enquanto no Brasil 64% dos professores têm contratos permanentes nas escolas onde trabalham, entre os países da OCDE a média é superior, com 81% dos docentes com contratos permanentes. No Brasil, a porcentagem desse tipo de contrato inclusive caiu 16 pontos percentuais em 2024, em relação à última pesquisa, de 2018.

Segundo o estudo, contratos permanentes dão mais segurança aos professores e, conseqüentemente, têm impacto no ensino.

"Como a maior parte dos funcionários, a maioria dos

professores busca estabilidade no emprego. Um componente importante da segurança no emprego dos professores é a sua modalidade de contrato. Os contratos permanentes não têm duração limitada, enquanto os contratos por prazo determinado têm duração específica. O emprego temporário envolve algum grau de insegurança e imprevisibilidade, o que pode causar tensão e impedir que alguns funcionários funcionem de forma ideal em seu ambiente de trabalho", aponta a pesquisa.

Entre os países com dados disponíveis, o Brasil aparece como o quinto pior no ranking, superando apenas Xangai, na China, com 33% dos professores das escolas com contratos permanentes; Emirados Árabes Unidos (34%), Bahrein (55%) e Costa Rica (56%). Na outra ponta, estão Dinamarca, Letônia e França, com porcentagens de contratos permanentes próximos a 100%.

Condições de trabalho

A pesquisa mostra que, no Brasil, menos de um a cada quatro professores, 22%, estão satisfeitos com o salário que recebem. Essa porcentagem aumentou quatro pontos percentuais desde 2018. A parcela, no entanto, ainda é inferior à média da OCDE, que é de 39% dos professores satisfeitos com o que recebem.

Em relação ao salário, o Brasil aparece no quinto pior lugar do ranking entre os países com esse dado disponível. Na frente de Malta, em último lugar, com menos de 10% dos professores satisfeitos, Portugal, Islândia e Turquia.

Levando em consideração outros aspectos do contrato, como benefícios, carga horária, entre outros, o Brasil também aparece na parte inferior do ranking, com o terceiro pior lugar, caindo de 52% dos professores satisfeitos em 2018 para 44% satisfeitos com as condições de trabalho. A média da OCDE é de 68%.

Nesse aspecto, o relatório mostra que enquanto na Áustria, Bulgária, Colômbia, República Checa, Letônia, Polônia, Romênia, República Eslovaca e Uzbequistão pelo menos 80% dos professores estão satisfeitos com as suas condições de trabalho (excluindo salários), menos de 40% relatam o mesmo no Japão e em Portugal, únicos países superados pelo Brasil.

"A remuneração desempenha um papel importante na atração e retenção de professores, garantindo que seu trabalho seja financeiramente sustentável e competitivo com outras profissões", explica a pesquisa Talis.

A Talis foi feita no Brasil pela quarta vez, entre os meses de junho e julho de 2024. Os estudos foram conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com a colaboração das secretarias de Educação das 27 Unidades Federativas.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-10/numero-de-professores-temporarios-no-brasil-e-maior-que-na-ocde>

Questão 21

"Levando em consideração outros aspectos do contrato, como benefícios, carga horária, entre outros, o Brasil também aparece na parte inferior do ranking, com o terceiro pior lugar."

Caso o objeto direto do verbo 'levar' for substituído por pronome oblíquo átono a colocação pronominal adequada será:

- (A) Neste caso, pode ocorrer tanto a próclise quanto a ênclise, pois como não há palavra atrativa as duas formas estão corretas.
- (B) A ênclise logo após o verbo 'levar', em 'levando-os ...', não havendo outra forma de colocação.
- (C) A próclise será obrigatória, pois a preposição 'em' é uma palavra atrativa, que atrai o pronome para antes do verbo.
- (D) A ênclise não será obrigatória, mas preferível, uma vez que o verbo levar quando no gerúndio admite mais de uma colocação pronominal.

Questão 22

Com base no texto "Número de professores temporários no Brasil é maior que na OCDE" analise as afirmativas a seguir e identifique a alternativa INCORRETA.

- (A) Além do salário, outros fatores do contrato contribuem para a insatisfação geral.
- (B) A maioria dos professores no Brasil têm contratos permanentes.
- (C) Todos os professores temporários no Brasil querem se tornar permanentes.
- (D) A estabilidade contratual está associada a melhores condições para o desempenho docente.

Questão 23

"No Brasil, a porcentagem desse tipo de contrato inclusive caiu 16 pontos percentuais em 2024, em relação à última pesquisa, de 2018."

A crase está adequadamente empregada no trecho acima, devido ao vocábulo 'relação' que exige preposição.

Agora, analise o emprego da crase nos enunciados a seguir:

- I.Somos contrários àqueles que não gostam de trabalhar.
- II.As atividades às quais nos dedicamos são sempre essenciais.
- III.O motorista havia observando tudo à distância de três metros.
- IV.Era uma pintura à Leonardo da Vinci.

A crase está empregada adequadamente:

- (A) I, II, III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) IV, apenas.

(D) II e III, apenas.

Questão 24

"Um componente importante da segurança no emprego dos professores é a sua modalidade de contrato. Os contratos permanentes não têm duração limitada, enquanto os contratos por prazo determinado têm duração específica."

Com base na análise sintática do trecho acima, julgue as afirmativas a seguir:

I.A expressão 'a sua modalidade de contrato' exerce a mesma função sintática da expressão 'cansados' em 'Os boias-frias voltaram para casa, cansados'.

II.As expressões 'duração limitada' e 'duração específica' são complementos diretos do verbo 'ter' e do mesmo sujeito explícito.

III.A expressão 'contratos', em 'Os contratos permanentes...', exerce a mesma função sintática do termo 'bando' em 'Um bando de pássaros sobrevoava a cidade'.

IV.A expressão 'limitada' exerce a função de adjunto adnominal, sendo considerada termo acessório da oração.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

Questão 25

"A parcela, no entanto, ainda é inferior à média da OCDE, que é de 39% dos professores satisfeitos com o que recebem."

Com base nos tipos de predicado, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) O predicado "é inferior à média da OCDE" é predicado adverbial, pois indica circunstância de comparação entre parcelas.
- (B) O predicado "é inferior à média da OCDE" é predicado nominal, pois o núcleo do predicado é o predicativo do sujeito 'inferior à média da OCDE'.
- (C) O predicado "é inferior à média da OCDE" é verbal, pois o núcleo é o verbo 'ser', que nesse contexto expressa ação.
- (D) O predicado "é inferior à média da OCDE" é predicado verbo-nominal, pois apresenta verbo de ligação e complemento verbal.

Questão 26

Releia os trechos que serão apresentados a seguir no texto, considerando os elementos de coesão e coerência, e marque com (V) as afirmativas verdadeiras ou com (F) as falsas:

() No trecho 'que é de 39% dos professores satisfeitos...' o 'que' retoma 'média da OCDE'.

() No trecho '...temporários que, por vezes, têm duração de menos de 1 ano', o 'que' retoma 'cargos substitutos ou temporários'.

() No trecho 'Essa porcentagem aumentou quatro pontos percentuais desde 2018.', o pronome 'essa' retoma "22% dos professores estão satisfeitos com o salário".

() No trecho "Enquanto no Brasil 64% dos professores têm contratos permanentes..., entre os países da OCDE a média é superior...", a conjunção 'enquanto' estabelece contraste.

() No trecho "No Brasil, a porcentagem desse tipo de contrato inclusive caiu 16 pontos percentuais...", o vocábulo 'inclusive' introduz ênfase e ampliação.

A sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, V, V.
- (B) V, F, F, V, V.
- (C) F, V, V, F, F.
- (D) F, F, F, V, V.

Questão 27

"Os dados são da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem 2024 (Talis), divulgada nesta segunda-feira (6) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)."

Os vocábulos das alternativas a seguir estão grafados corretamente com hífen, assim como o vocábulo 'sexta-feira', EXCETO:

- (A) Tenente-coronel e mato-grossense.
- (B) Para-lamas e mal-entendido.
- (C) Erva-doce e mal-mequer.
- (D) Bem-dizer e água-de-colônia.

Questão 28

Analise as afirmativas a seguir considerando as regras de acentuação dos vocábulos extraídos do texto, marcando com (V) as verdadeiras ou com (F) as falsas:

() Os vocábulos 'três' e 'têm' são monossílabos tônicos acentuados por regras distintas. O primeiro segue a regra da palavra 'mês', e o segundo segue a regra do vocábulo 'contém'.

() Os vocábulos 'países' e 'disponíveis' são acentuados pela regra das paroxítonas terminadas em 'e' e 'ei', seguidas de 's'.

() Os vocábulos 'Áustria' e 'Bulgária' seguem a mesma regra de acentuação.

() Embora os vocábulos 'Japão' e 'atração' não possuam acento gráfico, eles compartilham a mesma classificação quanto à acentuação tônica. O mesmo se aplica aos vocábulos 'nacional' e 'papel'.

A sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, F, V, V.

Questão 29

"Segundo o estudo, contratos permanentes dão mais segurança aos professores e, conseqüentemente, têm impacto no ensino."

Analise, no trecho apresentado, a regência do verbo 'dar' e identifique nos enunciados seguintes como esse verbo se comporta quanto à transitividade.

- I. Deu uma festinha de aniversário.
- II. Deu-lhe casa, comida, roupa e dinheiro.
- III. Deu quase 100 mil reais pelo Portinari.
- IV. Dava a merenda a todas as crianças da creche.
- V. Deu toda a sua energia para o novo empreendimento decolar.

Os enunciados em que o verbo 'dar' mantém a mesma transitividade usada no trecho do texto apresentado é:

- (A) II, III, IV e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.

Questão 30

"De acordo com os resultados, enquanto no Brasil 64% dos professores têm contratos permanentes nas escolas onde trabalham, entre os países da OCDE a média é superior, com 81% dos docentes com contratos permanentes. No Brasil, a porcentagem desse tipo de contrato inclusive caiu 16 pontos percentuais em 2024, em relação à última pesquisa, de 2018."

Analise a concordância estabelecida no trecho acima e julgue as afirmativas marcando com (V) as verdadeiras ou com (F) as falsas:

() Mantém-se a concordância adequada ao empregar-se a forma 'tem', no singular, uma vez que a concordância é estabelecida pela expressão de porcentagem '64%'.

() A forma verbal 'é' encontra-se flexionada no singular, em concordância com o núcleo do sujeito 'OCDE'.

() O verbo 'trabalhar' encontra-se flexionado no plural, em concordância com a expressão 'escolas', que também está flexionada no plural.

() O verbo 'cair' apresenta concordância adequada com o núcleo do sujeito, representado pela expressão 'porcentagem'.

() O verbo 'cair' apresenta concordância adequada com

o núcleo do sujeito, representado pela expressão 'contrato'.

A sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, F, V.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) F, F, F, V, F.
- (D) V, V, V, F, V.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

O combate às *fake news* e a promoção da alfabetização midiática tornaram-se urgentes no contexto educacional contemporâneo. Sobre essa temática, analise:

I.A verificação de fontes, análise crítica de informações e compreensão de algoritmos são competências fundamentais na era digital.

II.Redes sociais e plataformas digitais influenciam diretamente o processo educativo, mas são irrelevantes para o trabalho pedagógico.

III.A escola tem papel fundamental em desenvolver nos estudantes capacidade de distinguir informações confiáveis de desinformação.

IV.O letramento digital vai além do uso instrumental de tecnologias, incluindo compreensão crítica dos meios de comunicação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

Questão 32

A Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste (SC) estabelece como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, além da promoção do bem de todos sem discriminação. Considerando esses princípios, qual abordagem de gestão educacional municipal se alinha aos objetivos estabelecidos na Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste (SC)?

- (A) Padronização de currículos e metodologias em todas as unidades escolares, considerando algumas especificidades culturais, socioeconômicas e territoriais das diferentes comunidades.
- (B) Implementação de políticas educacionais equitativas que priorizem escolas em situação de vulnerabilidade social, articulando educação com assistência social, saúde e desenvolvimento comunitário.

(C) Estabelecimento de processos seletivos rigorosos para acesso às escolas municipais de melhor qualidade, garantindo atendimento aos estudantes com alto desempenho acadêmico.

(D) Concentração de recursos educacionais nas escolas de regiões centrais e urbanas, que apresentam maior número de matrículas e resultados acadêmicos superiores nas avaliações externas.

Questão 33

As desigualdades regionais no Brasil impactam diretamente o acesso e a qualidade da educação. Sobre os desafios educacionais relacionados às disparidades socioeconômicas e geográficas no país, considere:

I.Regões com menores IDH geralmente apresentam indicadores educacionais mais críticos, como evasão escolar e baixo desempenho.

II.A infraestrutura escolar inadequada, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, compromete o processo de ensino-aprendizagem.

III.Políticas de equidade educacional buscam garantir condições diferenciadas para reduzir desigualdades históricas entre regiões.

IV.O Brasil superou as desigualdades educacionais regionais através do FUNDEB e demais políticas redistributivas.

Estão corretas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

Questão 34

Os movimentos sociais por justiça climática ganharam destaque global nos últimos anos, especialmente após eventos climáticos extremos. Sobre essa temática no contexto brasileiro e global, assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente populações vulneráveis, tornando a questão ambiental também uma questão de direitos humanos.

(__)O Brasil, por sua matriz energética predominantemente renovável, está relativamente isento de responsabilidades na redução de emissões de gases de efeito estufa.

(__)A educação ambiental crítica propõe que estudantes compreendam as relações entre modelo de desenvolvimento e crise climática.

(__)Eventos climáticos extremos, como enchentes e secas prolongadas, têm impactado diretamente o calendário escolar em diversas regiões do Brasil.

A sequência correta é:

- (A) V, F, V, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, V, F.

Questão 35

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos de São Miguel do Oeste/SC (Lei Complementar nº 9/2012), o provimento de cargos efetivos depende da aprovação em concurso público e da posse dentro do prazo legal. A posse deverá ocorrer:

- (A) No prazo de 45 dias, podendo ser prorrogado indefinidamente por interesse da Administração.
- (B) No prazo de 15 dias, sem possibilidade de prorrogação, sob pena de anulação do concurso.
- (C) No prazo de 30 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante requerimento do interessado.
- (D) No prazo de 20 dias, prorrogável por igual período apenas se houver justificativa médica.